



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

UMA PERSPECTIVA SOBRE O RACISMO NO ÂMBITO ESCOLAR

Hamilton Ferreira de Sousa Neto(1); Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira (1); Guilherme Willisgnton Tavares Pereira (2); Natanael Faustino Araújo (3).

1 *Universidade Federal do Maranhão, ahmiltonnetto@hotmail.com*

1 *Universidade Federal do Maranhão, nathaliamouzinho@yahoo.com.br*

2 *Universidade Federal do Maranhão, guilhermewillisgnton@gmail.com*

3 *Universidade Federal do Maranhão, natan.faustino@hotmail.com*

Resumo: Tendo como a construção decorrente de uma visão pessimista formada acerca do continente africano e suas possíveis consequências em relação ao povo brasileiro que de lá tem suas raízes, este estudo pauta-se na ideia de analisar os efeitos que perduram até hoje no imaginário popular brasileiro e revelar a necessidade de um estudo a cerca do racismo no Brasil. Baseado em questionários realizados com alunos de 9º ano de uma escola municipal de Codó – MA, que diziam respeito a perguntas sobre racismo e auto declaração de cor, os dados obtidos puderam gerar algumas análises que apontaram para um panorama não alheio a realidade brasileira, evidenciando alguns aspectos e políticas que tem uma construção histórica no Brasil, como o mito da democracia racial e a política de branqueamento do país, que há muito já deveriam ter sido superadas. Alimentados pela visão global por muito tempo perpetuada do Eurocentrismo, mesmo que nutridos pela ideia de paraíso racial, o Brasil acaba caracterizando um tipo de racismo presente de forma intrínseca no imaginário popular, onde o negro é associado na maioria das vezes à uma postura relacionada a termos pejorativos.

Racismo, afropessimismo, âmbito escolar.

UMA PERSPECTIVA SOBRE O RACISMO NO ÂMBITO ESCOLAR

Hamilton Ferreira de Sousa Neto(1); Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira (1); Guilherme Willisgnton Tavares Pereira (2); Natanael Faustino Araújo (3).

3 *Universidade Federal do Maranhão, ahmiltonnetto@hotmail.com*

1 *Universidade Federal do Maranhão, nathaliamouzinho@yahoo.com.br*

4 *Universidade Federal do Maranhão, guilhermewillisgnton@gmail.com*

3 *Universidade Federal do Maranhão, natan.faustino@hotmail.com*

Introdução

Durante um longo processo histórico, a África tornou-se vítima de uma visão etnocêntrica, responsável por disseminar o modo de vida europeu como o correto, fato esse que acabou por corromper e ocultar boa parte da verdadeira história africana durante muito tempo. Na busca do rompimento dessa imagem, repleta de diversos preconceitos, assim como



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

vários equívocos históricos, é necessária que se faça um estudo e se deixe de lado alguns desses paradigmas pregados por tanto tempo. É imprescindível ainda que se ressaltem a valorização e a criação de uma identidade afrobrasileira, na qual se tenha como parâmetros valores e contribuições desse povo, principalmente para o Brasil, onde africanos trazidos obrigados, trouxeram consigo grande parte da riqueza que compõe a atual cultura brasileira, tanto em fatores culturais, como em fatores biológicos.

Diante de algumas problemáticas e consequentes, deve-se analisar os diversos aspectos que estão relacionados à existência de uma ponte cultural entre Brasil e África, e acerca de uma construção identitária que aborde a cultura afrobrasileira enquanto real e legítima.

Para isso, faz-se necessário entender como ocorreu essa supressão de boa parte da história africana. Seguindo a ideologia de Boaventura de Sousa Santos, ao colocarmos em discussão algo que tem influenciado de forma direta na construção do conhecimento moderno: a essência de que exista uma linha divisória de culturas, que acaba por estabelecer a forma de conhecimento e a maneira de vida correta, que deve servir de exemplo, sendo aceitável e reproduzível na sociedade, e quais formas não devem ser reconhecidas e sim menosprezadas pelo sistema, evidencia-se uma enorme fenda entre o pensamento de “um lado da linha” e o do “outro lado da linha” termos que o próprio autor se utiliza para se referir ao domínio que ocidente em relação ao oriente.

Como por exemplo, as construções simbólicas referentes à África e o negro são resultados da visão colonialista criada ali, nascida a partir desse contato entre exploradores vindos da Europa e o povo da África, em um método que apresenta a definição de um novo mundo, que ocasionou a reformulação da imagem e forma organizacional africana, que passou a ter como principal base o “colonizador europeu”.

Desta maneira, durante muito tempo o pensamento eurocêntrico foi basicamente o construtor do sistema, responsável por estabelecer metas, princípios e parâmetros para formar o esqueleto das sociedades que progridem, e por consequência acaba por segregar, aquele que não faz parte dele. Esse sistema acaba por desconsiderar metas e fatos que ocorrem do outro lado da linha, extinguindo a possibilidade de co-presença. A transformação do modo de vida ocidental em hegemônico tem possibilitado o embate do diferente, onde só se é aceitável o parecido ou igual, ocasionando o combate do desigual, na tentativa de extingui-lo, ou quando se é permitido à determinada existência, resultando em algo marginalizado e/ou mal visto.

Tal inferiorização é o que acaba acarretando situações que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ainda hoje se é possível ver nas grandes metrópoles e centros urbanos.

Desse modo, tendo em base as estereotípias negativas construídas historicamente a cerca do continente africano, chegamos ao que pode ser denominado de *afropessimismo*. Tal concepção associa uma carga de visões ocasionadas pelo modo de pensar que vigorou por muito tempo, a imagem de uma África impassível de conseguir progredir, sendo passiva de preconceitos e concepções falsas, tornando-o assim um continente vítima desse sistema brutal e segregador. A hegemonia da cultura europeia é, portanto, responsável por um massacre cultural histórico, não só da história social africana, mas como o principal disseminador de preconceito. Temos assim a questão da construção de uma imagem dos povos europeus como “colonizadores” dos países africanos, apesar da considerável aversão do povo africano e as condições no que dizia respeito à ocupação do todo o continente. Tal tomada teve resultados arrasadores, já que providencias para a rápida “civilização”, faziam com que diversas mudanças fossem ocasionadas, tanto na religião de matriz africana que passava a ser considerada bruxaria e/ou superstição, pensamento esse que ainda vigora inclusive nos dias atuais, assim como mudanças no transporte e diversas outras vertentes sociais. Tais ações acabaram por gerar a imagem de uma África não civilizada, contribuindo para a criação e perpetuação dessa visão afropessimista.

De forma geral a África torna-se vítima de uma visão etnocêntrica, que corrompeu e ocultou boa parte da verdadeira história do continente durante muito tempo. Na busca do rompimento dessa imagem, repleta de diversos preconceitos assim como vários equívocos históricos, faz-se necessário um estudo por toda a história e se deixe de lado alguns desses paradigmas pregados por tanto tempo. É necessário ressaltar o valor de tal história principalmente aos brasileiros, no qual esses africanos exportados para o Brasil trouxeram consigo grande parte da riqueza cultural que compõe a cultura brasileira, tanto em fatores culturais assim como em biológicos. E por isso torna-se tão importante o ensino da História do povo africano, não estudá-la seria desconsiderar as verdadeiras ascendências da história brasileira, e desconsiderar boa parte das nossas raízes culturais.

Pode-se perceber apesar de que não muito significativa, que se é presente uma ruptura nessa visão eurocêntrica da historia africana. A partir de estudos mais recentes constatou-se que a historiografia africana não começa com a chegada dos europeus somente, como se costumava pensar, e sim que existe uma história antes de tal “colonização” e que essa não deve ser desconsiderada, mas sim melhor estudada e entendida.

Percebe-se que há no Brasil, em sua gênese populacional, diversas culturas, religiões, etnias e os mais



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

diversificados aspectos, o que o torna um país fruto da miscigenação. A carga cultural das mais variadas etnias que o compõem torna-se bastante acentuada na medida em que é notável essa grande diferenciação de culturas. Negros advindos da África, brancos oriundos da Europa e índios nativos de terras do que hoje é chamado de Brasil, são as principais bases da formação populacional brasileira.

No tocante, no Brasil tem como base atualmente uma população fruto da miscigenação. Assim é sabido que para além das contribuições do povo negro, não se pode excluir a incorporação do indígena, como constituinte importante do povoamento brasileiro.

O pluralismo étnico aqui existente, assim como o fato de sermos um país multicultural, não garante a igualdade entre as diversas etnias que compõem nosso território. A desigualdade existe como fruto de um processo histórico resultante de um longo método globalizado, que atinge não só alguns países, mas todo o globo. A luta dos grupos étnicos, por exemplo, não só dos negros como dos índios também, são movimentos, que lutam por medidas concretas que revertam às desigualdades que atingem aos seres que compõem tais grupos dentro da sociedade brasileira.

A própria abolição da escravatura no Brasil acaba reforçar essa desigualdade, que por muito tempo passou a observar a inserção do negro enquanto ser cultural e social como uma dificuldade a ser resolvida. Nesse contexto, temos num primeiro momento uma política de branqueamento para inserção desse grupo, mesmo tendo a ideia de que com o tempo esse grupo deixaria de existir, não só em relação a cor mas também a cultura. Quando essa política do branqueamento do país passa a ser fadada, surge então a democracia racial, com a ideia de três raças fundadoras do Brasil, visão essa que foi a principal mantenedora das questões raciais longe da esfera política enquanto conflito.

A política de integração do povo negro ao Brasil enquanto sociedade, movido pela imagem pregada pela democracia racial acaba sendo uma espécie de vilã, pois ao fornecer um espaço que na verdade é subordinado concomitantemente tira essa integração do negro na sociedade de classes. Quando nos referimos à cultura negra, ela se apresenta em sua maioria de forma marginalizada, descontextualizada ou universalizada.

Atualmente o saber histórico escolar movido e construído ao longo de anos no Brasil, tem reforçado o “mito da democracia racial”, mito esse o qual o território brasileiro teria sido formado pela miscigenação e participação entre três agentes fundadores – o branco, o negro e o índio, o que na verdade concede um caráter de alusão aos valores e práticas sociais, nesse

caso em relação às raízes africanas, fazendo-se necessário uma releitura sobre tal. Em sua obra *Pluralismo Étnico e*



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

multiculturalismo: Racismos e Antirracismos no Brasil, Jacques D'Adesky (2001), nos alerta para existência das várias culturas que teoricamente são aceitas sem nenhum tipo de discriminação aqui no Brasil, algo que é garantido pela constituição, mas também nos atenta pra total desigualdade que na realidade é vivida por esses grupos.

As principais exigências feitas pelos grupos de movimento negro estão relacionadas, tanto em feitos de uma consideração a cerca da reinvenção da identidade negra, adquirindo seus atributos positivos, quanto à valores de caráter econômico, que de certa forma ainda associa-se a questão histórica desde a escravidão até a ideia de democracia racial, responsáveis por segregar e enaltecer essas diferenças entre negros e brancos, relacionando-se principalmente a fatores da moralidade, cultura e economia. Estes movimentos apesar de não serem completamente homogêneos, tecem características responsáveis por catalogar as diferentes manifestações culturais existentes no Brasil e suas influências na cultura do país.

Nessa tentativa de aderir uma nova visão a estas manifestações num cunho simbólico, com uma readequação dos valores atribuídos a negritude em suas lutas, esses movimentos reafirmam o elo existente entre Brasil e África, indo para além das contribuições do povo negro como mão-de-obra escravizada que ajudaram a erguer este país, invadindo o cerne das influências culturais na formação de uma identidade brasileira, alimentada por práticas sociais, na própria linguagem e alguns outros aspectos.

Levando em consideração esses fatores, torna-se então, relevante que se coloque em questão o estudo da África na sala de aula no Brasil, já que grande parte de nossa herança cultural e biológica advém dos povos africanos trazidos pra cá, que influíram não somente na força de trabalho, mas em raízes religiosas e culturais de uma forma geral, que fornecem uma boa parte dos alicerces cultural brasileiro.

O ensino da história da cultura africana tornou-se obrigatória no Brasil a partir da Lei nº 10.639/03, assinada na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tal lei cita de forma explícita as disciplinas de História, educação artística e literatura como principais veículos com os conteúdos que devem ser abordados em sala de aula. Essa lei faz parte de um importante passo para aplicar de forma satisfatória os direitos humanos no centro dos programas escolares e no sistema educacional como um todo, desvencilhando a ideia da visão do etnocentrismo tão vinculada ao conhecimento de senso comum, e até então disseminada e perpassada no âmbito escolar.

Sendo assim, temos então no contexto escolar atual, uma necessidade de se superar os obstáculos existentes na efetivação da Lei 10.639/03, de forma que cada vez mais escolas públicas assim como as



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

privadas trabalhem esta temática supracitada, preferencialmente de uma forma contínua e não somente em períodos pontuais como o Dia Nacional da Consciência Negra ou o Dia da Abolição da Escravatura, como tem ocorrido com uma certa regularidade.

A Lei 10.639/2003, por meio das Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana é, portanto, uma forma de se construir uma nova postura na educação ofertada, especialmente no que tange o modo pelo qual a memória histórica é concebida pelo *saber escolar*. Através dessa lei, propõe-se a abordagem concernente à gênese dos significados de nação e da nacionalidade, tornando-se possível que se incorpore agentes esquecidos ou dimensionados de forma ou alienada ou deformada, abandonando a perspectiva eurocêntrica, soberana até então.

Fruto de recentes discussões a cerca da problemática reivindicada por essas minorias sociais, a Lei nº 10.639/03, veio para que institucionalmente seja garantida que em todas as escolas públicas e privadas, de ensino fundamental e médio seja obrigatório a discussão de aspectos da cultura Africana e Afro-Brasileira na sala de aula (BRASIL, 2003). A inserção das práticas que abordam a multiculturalidade em espaços escolares surge a partir da proposta de que a escola não pode ser compreendida como um espaço neutro, corroborando à prática do racismo quando junto às violências simbólicas ocorridas neste espaço, assumindo um caráter de segregação dessa adesão de minorias étnicas à sociedade.

Metodologia

O presente trabalho terá como sujeitos de pesquisa alunos do nono ano do turno matutino da Escola Municipal João Ribeiro, do XXXmunicípio de Codó – Maranhão, onde serão analisados em algumas perguntas relacionadas a autodeclaração de cor, preconceito e participação em grupos étnicos desta cidade.

O estudo em pauta situa-se na área de educação, mais voltada para o ensino de história e será desenvolvido em duas etapas. A primeira etapa diz respeito a aplicação de um questionário com quatro perguntas nas respectivas salas escolhidas, enquanto a segunda etapa será para análise de questionários respondidos por alunos das respectiva escola durante o segundo semestre do ano de 2016, de forma que se possa analisar a visão dos alunos em relação a essas temáticas.

Partindo do pressuposto que a execução da lei 10.639/2003 é obrigatória em escolas publicas brasileiras, marcadas pelas mais diversas composições étnicas, inclusive as que a lei cita de forma



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

explicita, no caso a parcela Afro-brasileira da população, tendo em vista a análise de aspectos como racismo e autodeclaração da cor.

Dentro de uma perspectiva de trabalho de campo e interação entre o pesquisador e os sujeitos, é que se construirão as análises baseadas em questionários e observação do ambiente escolar, revelando a importância com que é vista tais temas na sala de aula em escolas municipais de Codó – Maranhão.

Resultados e Discussão

A partir dos dados obtidos dos questionamentos realizados junto aos alunos pode-se observar que mesmo tendo a noção do quão difícil é utilizar termos referentes a declaração da cor, percebe-se a maneira como a discriminação se torna ocultada em suas auto declarações, porém ainda existente.

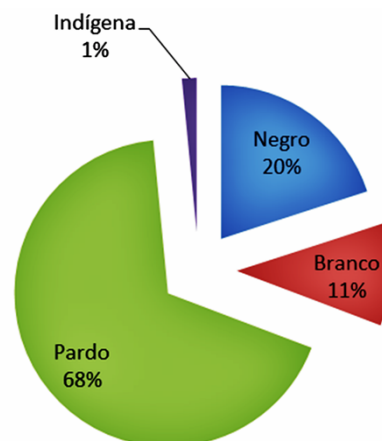


Figura 1: Gráfico referente a porcentagem da cor que os alunos se autodeclararam

Como mostra o gráfico dos 65 alunos que responderam ao questionário, que pode-se perceber que a maior porcentagem dos entrevistados ao se definirem pardos, apontando para a busca por uma prerrogativa que enalteça a mistura racial, o que acaba por camuflar a diferença vivida por esses grupos na realidade, sendo que a população negra em sua grande maioria possui uma renda menor, acesso restrito a educação, mortalidade mais acentuada, e diversos outros fatores que evidenciam essa desigualdade, elementos que caracterizam a ideia de um racismo intrínseco e silencioso, encontrado nessas entrelinhas.

Em relação a segunda e terceira perguntas, referente ao racismo, apontam para uma negação. Quando perguntados se já sofreram alguma espécie de preconceito relacionado à cor, maioria absoluta negou tal possibilidade, porém a maior parte dos mesmos afirmam ter presenciado ou conhecer alguém que já passou por essa situação.

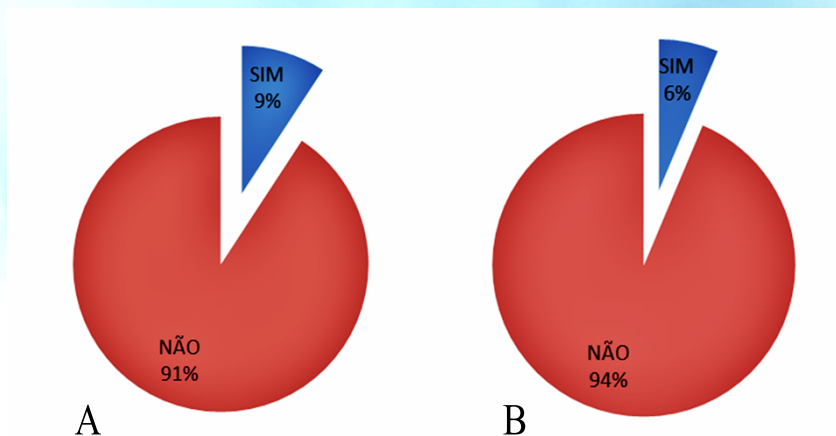


Figura 2: A - Gráfico referente a porcentagem de alunos que sofreram preconceito racial. B - Gráfico referente a porcentagem de alunos que participam de alguma atividade voltada para a cultura afro.

Estes dados apoiam as análises de Lilia Moritz Schwarcz, que ao analisar pesquisas feitas em 1988 e 1995, apontaram para algo similar ao acontecido: a maioria dos entrevistados nega ter sido vítimas de algum tipo de preconceito, no entanto conhecem alguém que já passou por isso, o que trás e tona que grande parte da população trata a discriminação ,segundo a própria autora cita, como “propriedade do outro”.

Ainda dialogando com Lilia Moritz, torna-se então a discriminação peça chave no entendimento da situação do Brasil em relação ao racismo:

[...]Seja da parte de quem preconceitua, seja da parte de quem é preconceituado, o difícil é reconhecer a discriminação, e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece se resumir a afirmar oficialmente o preconceito, e não a reconhecê-lo em sua intimidade. (SCHAWRCZ, 2012, p. 77-78)

Esses dados, mesmo que de forma superficial e breve, caracterizam um tipo de racismo sorrateiro e sem cara, camuflado numa legislação que nada protege. Assim como percebe-se um grande abismo sobre a detecção de racismo para com nós mesmos.

Desta forma podemos compreender o quanto o mito da democracia racial está incrustado na sociedade brasileira em termos culturais, essa ideia de ver o preconceito no outro e não em si mesmo, perpetua essa ideia que foi criada junto ao mito, o ideal de harmonia.

No entanto, no terceiro momento de análise, pode-se notar a presença, apesar de mínima de alguns grupos que começam a inserir esses indivíduos em seu meio. Grupos esses que exercem pressão e incentiva uma identidade vinculada à raiz africana.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Temos então frente a esse panorama, além dos resquícios da ideia de uma política do branqueamento do país, traços determinantes da democracia racial, com a ideia de três raças fundadoras do Brasil, visão essa manteve as questões raciais longe da esfera política enquanto conflito por um bom tempo. Neste sentido faz-se necessário não que se admita que esse mito está presente de forma mascarada na sociedade.

Conclusão

Tomando por base a ideia de que os africanos trazidos aqui para o Brasil exerceram importante papel no processo de formação cultural deste país, de forma que por meio da inclusão de seus exercícios praticas e readaptações de suas culturas na sociedade brasileira acabaram por contribuir para a gênese de uma concepção de identidade cultural afro - brasileira.

No entanto, essa identidade cultural, muito injustiçada, continua a sofrer com maçantes preconceitos e discriminação frutos de um longo processo histórico interligado a perpetuação do eurocentrismo como principal fonte de padrões e valores para sociedade mundial, que denigrem a imagem do negro enquanto ser social.

Desta forma, temos frente a esse panorama, além dos resquícios da ideia de uma política do branqueamento do país, traços determinantes da democracia racial, com a ideia de três raças fundadoras do Brasil, visão essa manteve as questões raciais longe da esfera política enquanto conflito por um bom tempo. Neste sentido faz-se necessário que se admita que esse mito está presente de forma mascarada na sociedade e que o preconceito é um mal presente e atuante.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 Mai 2016.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. ***Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.*** Disponível em:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 23 Mai 2016.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Por dentro da história: **Formação docente e cultura afro-brasileira**. In: Silva, André Luiz dos S. Santos, Nágila Oliveira dos. *África e africanidades*. Maricá:Ponto de Cultura, p.11-34, 2009.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e antiracismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS. Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. II. Ed. São Paulo: Publifolha. 2012, p.95.

SERRANO Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África – a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

SOUSA, Rodrigo Miguel. **Reflexões sobre identidade afro-brasileira e educação**. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigos/29082013/a-influencia-africana-no-processo-de-formacao-da-cultura-afro-brasileira> . Acesso em: 15 Jun 2016.

VALIM, Kátia. **A África na sala de aula: seus objetivos, perspectivas e desafios** (Africa in the classroom: its goals, perspectives and challenges). *História em Curso*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 33-50, mai. 2012. ISSN 2178-1044.